



O REGIME MILITAR BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Leandro Rodrigues da Silva¹ (PG)* leandrorohistoria_@hotmail.com, Raimundo Márcio Mota de Castro¹ (PQ)

1 Universidade Estadual de Goiás – Campus Senador Canedo - Pós-graduação Lato Senso em Educação em Direitos Humanos.

Resumo: A pesquisa visa compreender a ditadura militar brasileira e a violação direta e indireta aos Direitos Humanos e as principais consequências dos embates traçados neste período, levando em consideração os direitos sociais e individuais infringidos. Na metodologia aplica-se a revisão bibliográfica e análise documental de artigos de jornais da época para uma visão de como era transpassado para a população as nuances do governo. Sendo assim conclui-se que neste período o governo detinha a força institucional e se utilizava dela para conseguir seus objetivos, muitas das vezes desrespeitando a dignidade humana para alcançar tais objetivos. Como resultado espera-se que este trabalho contribua para os meios acadêmicos e sociais como forma de compreensão das proporções que o regime obteve, da conduta e do desrespeito a vida a dignidade e a liberdade humana

Palavras-chave: Ditadura Militar. Documentos jornalísticos. Dignidade Humana.

Introdução

O Brasil viveu entre 1964 e 1985 um regime militar, período que ficou marcado por diversos conflitos entre governo e sociedade, tendo em vista o caráter opressor dos militares e o modo como cada indivíduo se adequava na realidade vivida, muitas pessoas sofreram várias represarias por se opor diretamente a tal regime. Nesta perspectiva que Lucas Figueiredo em sua obra Ministério do Silêncio defende:

Os militares tomaram o poder com uma ideia na cabeça, queriam moralizar o país, acabando com a corrupção e a subversão, os dois males que segundo eles, tinham consumido o Brasil nas décadas anteriores. A orientação positivista dos militares lhes fazia acreditar que o país estava doente, mas podia ser curado, bastava identificar os corruptos e os subversivos e depois neutraliza-los por meio de cassação dos direitos políticos e prisão. (FIGUEIREDO, Record, 2005, p. 121)

Neste sentido, a temática do trabalho: O REGIME MILITAR BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS, visa entender as diversas formas de contenção



aos indivíduos que se opunham a esse sistema de governo, tendo como consequência a repressão por diversos meios, dentre eles: torturas, exílio, censura à liberdade de expressão, homicídios, dentre outros. Tem-se ainda por necessidade demonstrar como parte destes valores integram a realidade social atual.

Ao se analisar um período histórico tão importante, nota-se a necessidade de se entender em que aspectos os Direitos Humanos foram transgredidos no Brasil durante o regime militar, entendendo que ao se aplicar de forma institucional estes direitos não são necessariamente “descartados” pelos militares, mas utilizados em formas distintas e desigual.

Em outro viés não foram apenas os considerados subversivos que perderam direitos, o próprio regime em si privava a sociedade de gozar de sua liberdade de ir e vir, de se expressar nas práticas artísticas, dentre outras formas.

Nesta perspectiva, faz se necessário entender até que ponto os militares violaram os direitos sociais? Em que circunstâncias tais direitos eram respeitados e quais não eram? Quais destes princípios transcenderam este período e permanecem na sociedade nos dias atuais? Esta pesquisa visa responder esta indagação.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar quais os direitos foram violados durante o regime partindo de um pressuposto geral (diretos que envolvem a sociedade e não só os contraventores) e os direitos transgredidos dos considerados subversores.

Material e Métodos

A pesquisa tem como base a pesquisa exploratória, visando abarcar uma relação mais ampla com a problemática, com o intuito de levantar novas ideias e perspectivas sobre a temática. Neste contexto, segundo Selltiz, et al (1967, p. 63 apud GIL, 2002, p.41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.



Em uma primeira abordagem será utilizada uma revisão bibliográfica com intuito de averiguar e dialogar com as pesquisas e escritos sobre o tema, desta forma Gil (2002, p. 44) dá ênfase que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo de desenvolvimento adotar como base um material já elaborado, baseando-se como fonte principal de consulta livros e artigos científicos. Sendo assim, será adotado como parte fundamentadora deste trabalho artigos e livros que orientem esta pesquisa e seus possíveis desdobramentos.

Ao se obter as perspectivas de cunho bibliográficos, será realizado um levantamento tendo como objetivação deste método o desígnio de compreender uma visão externa da temática, através de interrogação direta de uma amostra de pessoas.

Considerando as etapas supracitadas, busca-se uma análise qualitativa, tendo em vista que:

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002, p.133).

Essa análise se dará em documentos (artigos de jornais) que circulavam na mídia oficial demonstrando as atividades do regime.

Resultados e Discussão

O regime militar brasileiro que aconteceu entre 1964 a 1985 foi um marco na história devido ao seu caráter arbitrário e conservador. No cenário político e social que antecediam o golpe, existia uma possível ameaça de um regime comunista em consequência da Guerra Fria e o contexto bipolar global. Neste contexto, o artigo Privação dos direitos humanos na ditadura militar brasileira: o papel da comissão nacional da verdade e o resgate da identidade dos presos políticos do caderno de graduação da faculdade de Aracaju (2016, p.89), defende:

O período que antecede o golpe da ditadura militar apresenta-se bastante hostil e tumultuoso. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as preocupações se voltaram para o comunismo e sua disseminação, sendo



considerada ameaça à ordem capitalista qualquer ligação com ideais socialistas. No Brasil, iniciava-se uma crise devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros, em julho de 1961, e, assim, a ascensão à presidência de seu vice João Goulart (Jango), que possuía ideologias julgadas como comunistas.

Partindo deste pressuposto foi legitimada em diversos momentos o uso da força institucional como forma de contenção, direcionada aos designados como “subversores” ao sistema, transpassando a ideia de que o indivíduo que protestava diretamente contra o sistema deveria sofrer represaria. Independente da sua colocação social, qualquer pessoa que se opusera a este sistema estaria sujeita a sanções.



FONTE:<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/02/justica-militar-e-corte-interamericana-discutem-direitos-humanos-na-ditadura-9986.html>.

Neste sentido, muitos grupos sociais sofreram com este modelo administrativo do Estado. Dentre fatores relevantes, encontra-se a privação da liberdade de expressão, que impactou diretamente na cultura artística, no jornalismo, nas informações, entre outros meios. Este impacto também veio no âmbito da liberdade de ir e vir, ou em casos extremos até no direito à pátria, forçando o exílio.

Considerações Finais

Neste contexto, é de importante relevância entender como que em mais de duas décadas muitos direitos foram violados, não somente de indivíduos considerados opositores ao regime em si, mas também em relação aos atos que foram impostos pelos militares que em um contexto geral privou direitos de toda a sociedade em alguns aspectos.



Desta forma uma análise se faz necessária para a compreender a amplitude desta violação de direitos, as consequências destes atos na manutenção e surgimento de formas discriminativas, autoritárias e individualistas de relações sociais na atualidade e quais direitos foram necessariamente, direta e indiretamente, infringidos. Esta pesquisa pretende colaborar para esta temática.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao professor orientador Raimundo Márcio Mota de Castro da UEG, coordenador do curso de Pós-graduação em Direitos Humanos e a todos que diretamente e indiretamente contribuíram para minha carreira acadêmica até este momento.

Referências

FIGUEREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, A.S. et al. **Privação dos direitos humanos na ditadura militar brasileira: o papel da comissão nacional da verdade e o resgate da identidade dos presos políticos**. Ciências Humanas e Sociais. Aracaju: v.3, n.3, Out 2016. p. 87-100

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002